

## CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE - AM

# Edital 1/2026

## Informações Básicas

<b>Número do artefato</b>	<b>UASG</b>	<b>Editado por</b>	<b>Atualizado em</b>
1/2026	254474-CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE - AM	JUCILENE DE SOUZA GUIMARAES BERNARDES	16/04/2026 10:17 (v 0.4)
<b>Status</b>			
ASSINADO			

## Outras informações

---

<b>Categoria</b>	<b>Número da Contratação</b>	<b>Processo Administrativo</b>
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25792.000379/2025-79

## 1. DO OBJETO

# PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

## CONTRATANTE (UASG)

(254474)

## OBJETO

Registro de preços para aquisição por SRP de material hidráulico para manutenção preventiva e corretiva no ILMD, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 53.929,9970**

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **04/05/2026** às **9h** (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

menor preço por item

## Modo de disputa:

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

### ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº 25792.000379/2025-76)

Torna-se público que o(a) **Instituto Leônidas e Maria Deane**, por meio do(a) **Seção de Administração de Compras**, sediado(a) Rua Terezina, nº 476, bairro Adrianópolis, Manaus, Amazonas, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição por SRP de material hidráulico para manutenção preventiva e corretiva no ILMD, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora

de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14. O valor final mínimo final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de cada item constante no subitem 1.1 do Termo de Referência (anexo I do edital).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/~~Projeto Básico~~, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser os itens 14, 18, 20, 33, 34 será de R\$ 5,00 (cinco reais), os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, e 65 será de R\$ 1,00 (um real).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser inseridos no portal [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas)** horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **[02]** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **[02]** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **[02]** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **[02]** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **02 (dois)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0).

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. Impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e

intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **compras.ilm@fiocruz.br**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **www.amazonia.fiocruz.br**.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2. Anexo II - Termo de Ciência e Concordância;

16.11.4. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.7. Anexo III – Portaria nº 01/2026 - Diretoria Executiva;

16.11.7. Anexo IV – Modelo de Proposta Pró-Forma;

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**STEFANIE COSTA PINTO LOPES**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 10:17:22.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Termo de Referencia.pdf (3.33 MB)
- Anexo II - Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Preço.pdf (291.91 KB)
- Anexo III - Anexo III - Portaria\_Diretoria\_Executiva\_01\_2026 - Infracoes e Sancoes.pdf (1.13 MB)
- Anexo IV - Anexo IV - Modelo de Proposta Pro-Forma.pdf (78.67 KB)

## CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE - AM

## Termo de Referência 11/2026

## Informações Básicas

<b>Número do artefato</b>	<b>UASG</b>	<b>Editado por</b>	<b>Atualizado em</b>
11/2026	254474-CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE - AM	MARCELA PINHEIRO CIDADE	09/04/2026 16:15 (v 0.6)

**Status**  
ASSINADO

## Outras informações

<b>Categoria</b>	<b>Número da Contratação</b>	<b>Processo Administrativo</b>
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25792.000379/2025-76

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição por SRP de material hidráulico para manutenção preventiva e corretiva no ILMD, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	SGA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	REFIL FILTRO, MATERIAL MICROFIBRA DE POLIPROPILENO DE DENSIDADE GRADUADA, APLICAÇÃO PURIFICADOR IBBL: FR600, FRQ600, PFNB2000, PFQ2000, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS REFIL C+3; TRIPLA FILTRAGEM, CAPACIDADE FILTRAGEM	432679	48863	UNIDADE	40	53,065	2.122,60
2	ASSENTO VASO SANITÁRIO, UNIVERSAL, MATERIAL PLÁSTICO, COR RANCA/BEGE /CINZA	258317	29993	UNIDADE	100	99,8033	9.980,33
3	SIFÃO AJUSTÁVEL EXTENSIVO CROMADO DUPLO, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO CORPO SANFONADO / FLEXÍVEL, APLICAÇÃO LAVATÓRIO E PIA, DN 40 A 50	441316	42082	UNIDADE	20	37,115	742,30

4	VÁLVULA DESCARGA, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, BITOLA 1/2, APLICAÇÃO MICTÓRIO, TIPO ROSCÁVEL, TIPO USO DESCARGA DE MICTÓRIO AUTOMÁTICA DE PRESSÃO	321550	48876	UNIDADE	30	79,7825	2.393,48
5	ENGATE FLEXÍVEL EM PVC, BITOLA: 1/2 Pol; COMPRIMENTO 40 Cm	262550	44073	UNIDADE	20	9,065	181,30
6	FITA VEDA ROSCA 18mmx 50m	225709	3264	UNIDADE	50	16,8075	840,38
7	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 20mm, 45°, MARROM	233359	47881	UNIDADE	20	1,28	25,60
8	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 25mm, 90°, MARROM	233980	9107	UNIDADE	20	1,6133	32,27
9	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 32mm, 90°, MARROM	233981	9108	UNIDADE	20	1,97	39,40
10	JOELHO PVC ROSCÁVEL, 1/2", 45°, BRANCO	287222	18605	UNIDADE	20	1,995	39,90
11	JOELHO PVC ROSCÁVEL, 3/4", 90°, BRANCO	462382	3212	UNIDADE	20	3,6133	72,27
12	JOELHO PVC ROSCÁVEL, 1", 90°, BRANCO	605579	15335	UNIDADE	20	7,5767	151,53
13	KIT REPARO COMPLETO PARA CAIXAS ACOPLADAS DE VASO SANITÁRIO COM ACIONADOR SUPERIOR, 1/2 POL	274835	44965	UNIDADE	20	74,0467	1.480,93
14	KIT REPARO COMPLETO PARA CAIXAS ACOPLADAS DE VASO SANITÁRIO COM ACIONADOR LATERAL	293163	18650	UNIDADE	20	119,335	2.386,70
15	TORNEIRA EM PVC, COM CONECTOR PARA BEBEDOURO ELÉTRICO DE GARRAFÃO, COM ALAVANCA DE ACIONAMENTO DIÂMETRO 3/8" (O PAR)	245171	49622	UNIDADE	20	7,3267	146,53
16	TORNEIRA PLÁSTICA JARDIM 1/2"	384646	48873	UNIDADE	15	4,1125	61,69
17	TORNEIRA PLÁSTICA JARDIM 3/4"	384647	7360	UNIDADE	15	4,2575	63,86
18	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA LAVATÓRIO DE MESA, 15CM DE COMPRIMENTO, MATERIAL LIGA DE COBRE, AÇO INOXIDÁVEL, BITOLA 1/2" (DN15), CLASSE PADRÃO 10 a 40 m.c.a	313756	38711	UNIDADE	20	143,5867	2.871,73
19	TORNEIRA PARA COZINHA DE MESA, BICO LONGO, FECHAMENTO COM 1/4 DE VOLTA, DN 15 (1/2")	233330	51703	UNIDADE	15	95,6775	1.435,16
20		435944	3277	UNIDADE	15	153,8775	2.308,16

	TORNEIRA PARA BANCADA, HOSPITALAR, TIPO ALAVANCA, BICA BAIXA, DN 15 (1/2")						
21	TUBO DE PVC SOLDÁVEL MARROM 32mm, 6 METROS	214732	18535	UNIDADE	10	44,175	441,75
22	TUBO DE PVC SOLDÁVEL MARROM 25mm, 6 METROS	396865	18534	UNIDADE	10	30,6425	306,43
23	TUBO DE PVC SOLDÁVEL MARROM 20mm, 6 METROS	396867	18533	UNIDADE	10	24,7125	247,13
24	TUBO DE PVC ROSCÁVEL BRANCO 1/2", 6 METROS	339646	44078	UNIDADE	10	75,025	750,25
25	TUBO DE PVC ROSCÁVEL BRANCO 3/4", 6 METROS	412500	44079	UNIDADE	10	74,19	741,90
26	TUBO DE PVC ROSCÁVEL BRANCO 1", 6 METROS	214721	44076	UNIDADE	10	85,665	856,65
27	LUVA PVC ROSCÁVEL, 1/2", BRANCA	238878	3254	UNIDADE	10	2,22	22,20
28	LUVA PVC ROSCÁVEL, 1", BRANCA	242602	3338	UNIDADE	10	7,83	78,30
29	LUVA PVC ROSCÁVEL, 3/4", BRANCA	242439	3359	UNIDADE	10	4,8367	48,37
30	LUVA DE CORRER PVC PARA TUBO SOLDÁVEL, 20mm, MARROM	245133	17226	UNIDADE	10	17,2333	172,33
31	LUVA DE CORRER PVC PARA TUBO SOLDÁVEL, 25mm, MARROM	233999	17704	UNIDADE	10	20,5667	205,67
32	LUVA DE CORRER PVC PARA TUBO SOLDÁVEL, 32mm, MARROM	242876	17569	UNIDADE	10	32,50	325,00
33	VASO SANITÁRIA CONVENCIONAL COM CAIXA ACOPLADA DIMENSÕES: Comprimento 500 mm; Largura 380 mm; Altura 390 mm. COR BRANCA	618198	18867	UNIDADE	15	693,7775	10.406,66
34	CUBA DE EMBUTIR OVAL 30x40cm BRANCO	345536	49619	UNIDADE	15	113,9167	1.708,75
35	UNIÃO SOLDÁVEL PVC MARROM, 20MM	466472	5249	UNIDADE	10	9,23	92,30
36	UNIÃO SOLDÁVEL PVC MARROM, 25MM	396870	9308	UNIDADE	10	10,8625	108,63
37	UNIÃO SOLDÁVEL PVC MARROM, 32MM	396869	5263	UNIDADE	10	24,51	245,10
38	UNIÃO PVC ROSCÁVEL, 1/2", BRANCA	214192	3393	UNIDADE	10	10,34	103,40
39	UNIÃO PVC ROSCÁVEL, 1", BRANCA	348752	3394	UNIDADE	10	35,9833	359,83
40	UNIÃO PVC ROSCÁVEL, 3/4", BRANCA	348751	3392	UNIDADE	10	32,93	329,30
41	TÊ SOLDÁVEL PVC MARROM, 20MM	625287	40126	UNIDADE	15	1,1825	17,74
42	TÊ SOLDÁVEL PVC MARROM, 25MM	351409	9283	UNIDADE	15	1,32	19,80

43	TÊ ROSCÁVEL PVC BRANCO, 3/4"	452028	9279	UNIDADE	15	9,6675	145,01
44	TÊ ROSCÁVEL PVC BRANCO, 1/2"	397027	9277	UNIDADE	15	7,1725	107,59
45	TÊ ROSCÁVEL PVC BRANCO, 1"	452029	10935	UNIDADE	15	22,7533	341,30
46	CURVA SOLDÁVEL PVC MARROM, 20MM	483206	40123	UNIDADE	10	3,7425	37,43
47	CURVA SOLDÁVEL PVC MARROM, 25MM	374260	9029	UNIDADE	10	3,7275	37,28
48	CURVA SOLDÁVEL PVC MARROM, 32MM	374268	16917	UNIDADE	10	7,92	79,20
49	CURVA ROSCÁVEL PVC BRANCO, 3/4"	243137	24165	UNIDADE	10	13,38	133,80
50	CURVA ROSCAVEL PVC BRANCO, 1"	243138	46653	UNIDADE	10	21,7233	217,23
51	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, INCOLOR, MATERIAL LÍQUIDO, PONTO DE EBULIÇÃO 56°, SOLÚVEL EM ACETONA (INSOLÚVEL EM ÁGUA)	268188	15383	EMBALAGEM COM 850G	20	70,67	1.413,40
52	REGISTRO DE GAVETA DE 1/2" EM LIGA DE COBRE	328437	3211	UNIDADE	10	67,6675	676,68
53	REGISTRO DE GAVETA DE 3/4", EM LIGA DE COBRE, PRESSÃO MÁXIMA DE FUNCIONAMENTO DE 140	273749	3373	UNIDADE	10	73,2567	732,57
54	REGISTRO DE GAVETA DE 1" EM LIGA DE COBRE	233453	3210	UNIDADE	10	77,7767	777,77
55	REGISTRO 20MM TIPO ESFERA SOLDÁVEL EM PVC MARROM	615143	28531	UNIDADE	10	22,225	222,25
56	REGISTRO 25MM TIPO ESFERA SOLDÁVEL EM PVC MARROM	265056	46411	UNIDADE	10	25,3033	253,03
57	REGISTRO 32MM TIPO ESFERA SOLDÁVEL EM PVC MARROM	265059	31695	UNIDADE	10	34,50	345,00
58	REGISTRO 1/2" TIPO ESFERA ROSCÁVEL EM PVC	269503	15448	UNIDADE	10	16,9467	169,47
59	REGISTRO 3/4" TIPO ESFERA ROSCÁVEL EM PVC	294595	15449	UNIDADE	10	17,7533	177,53
60	REGISTRO 1" TIPO ESFERA ROSCÁVEL EM PVC	294596	15450	UNIDADE	10	29,2833	292,83
61	SIFÃO CROMADO SIMPLES AJUSTÁVEL 66cm - 88cm	254387	9644	UNIDADE	15	37,825	567,38
62	TORNEIRA DE PAREDE PARA COZINHA COM BICA MÓVEL ROSCA: COM ADAPTADOR PARA 3/4	381089	9293	UNIDADE	10	91,10	911,00
63	MASSA PLÁSTICA COM CATALISADOR, BRANCA 400g	605486	12425	EMBALAGEM COM 400 G	20	16,3667	327,33
64	ANEL DE VEDACAO P/ VASO SANITARIO C/GUIA E KIT	480616	40152	UNIDADE	20	21,3333	426,67

	DE FIXACAO EM ACO ZINCADO E BUCHA Nº 10						
65	KIT TORNEIRA PURIFICADOR /BEBEDOURO, IBBL FR600, 2 LADOS (NATURAL E GELADO).	483261	25679	UNIDADE	20	28,7333	574,67
<b>VALORES ESTIMATIVOS DOS ITENS</b>							R\$ 53.930,03

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas

<b>Órgão Gerenciador:</b>					
<b>item</b>	<b>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>REQUISIÇÃO MÍNIMA</b>	<b>REQUISIÇÃO Máxima</b>	<b>Quantidade total</b>
1	REFIL FILTRO, MATERIAL MICROFIBRA DE POLIPROPILENO DE DENSIDADE GRADUADA, APLICAÇÃO PURIFICADOR IBBL: FR600, FRQ600, PFNB2000, PFQ2000, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS REFIL C+3; TRIPLA FILTRAGEM, CAPACIDADE FILTRAGEM	UNIDADE	10	40	40
2	ASSENTO VASO SANITÁRIO, UNIVERSAL, MATERIAL PLÁSTICO, COR RANCA/BEGE /CINZA	UNIDADE	20	100	100
3	SIFÃO AJUSTÁVEL EXTENSIVO CROMADO DUPLO, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO CORPO SANFONADO / FLEXÍVEL, APLICAÇÃO LAVATÓRIO E PIA, DN 40 A 50	UNIDADE	05	20	20
4	V Á L V U L A DESCARGA, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, BITOLA 1/2, APLICAÇÃO MICTÓRIO, TIPO ROSCÁVEL, TIPO USO DESCARGA DE MICTÓRIO AUTOMÁTICA DE PRESSÃO	UNIDADE	10	30	30
5	ENGATE FLEXÍVEL EM PVC, BITOLA: 1/2 Pol; COMPRIMENTO 40 Cm	UNIDADE	05	20	20
6	FITA VEDA ROSCA18mmx 50m	UNIDADE	10	50	50
7	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 20mm, 45°, MARROM	UNIDADE	05	20	20

8	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 25mm, 90°, MARROM	UNIDADE	05	20	20
9	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 32mm, 90°, MARROM	UNIDADE	05	20	20
10	JOELHO PVC ROSCÁVEL, 1/2", 45°, BRANCO	UNIDADE	05	20	20
11	JOELHO PVC ROSCÁVEL, 3/4", 90°, BRANCO	UNIDADE	05	20	20
12	JOELHO PVC ROSCÁVEL, 1", 90°, BRANCO	UNIDADE	05	20	20
13	KIT REPARO COMPLETO PARA CAIXAS ACOPLADAS DE VASO SANITÁRIO COM ACIONADOR SUPERIOR, 1/2 POL	UNIDADE	05	20	20
14	KIT REPARO COMPLETO PARA CAIXAS ACOPLADAS DE VASO SANITÁRIO COM ACIONADOR LATERAL	UNIDADE	05	20	20
15	TORNEIRA EM PVC, COM CONECTOR PARA BEBEDOURO ELÉTRICO DE GARRAFÃO, COM ALAVANCA DE ACIONAMENTO DIÂMETRO 3/8" (O PAR)	UNIDADE	10	20	20
16	TORNEIRA PLÁSTICA JARDIM 1/2"	UNIDADE	05	15	15
17	TORNEIRA PLÁSTICA JARDIM 3/4"	UNIDADE	05	15	15
18	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA LAVATÓRIO DE MESA, 15CM DE COMPRIMENTO, MATERIAL LIGA DE COBRE, AÇO INOXIDÁVEL, BITOLA 1/2" (DN15), CLASSE PADRÃO 10 a 40 m.c.a	UNIDADE	05	20	20
19	TORNEIRA PARA COZINHA DE MESA, BICO LONGO, FECHAMENTO COM 1/4 DE VOLTA, DN 15 (1/2")	UNIDADE	05	15	15
20	TORNEIRA PARA BANCADA, HOSPITALAR, TIPO ALAVANCA, BICA BAIXA, DN 15 (1/2")	UNIDADE	03	15	15
21	TUBO DE PVC SOLDÁVEL MARROM 32mm, 6 METROS	UNIDADE	03	10	10
22	TUBO DE PVC SOLDÁVEL MARROM 25mm, 6 METROS	UNIDADE	03	10	10
23	TUBO DE PVC SOLDÁVEL MARROM 20mm, 6 METROS	UNIDADE	03	10	10
24	TUBO DE PVC ROSCÁVEL BRANCO 1/2", 6 METROS	UNIDADE	03	10	10
25	TUBO DE PVC ROSCÁVEL BRANCO 3/4", 6 METROS	UNIDADE	03	10	10
26	TUBO DE PVC ROSCÁVEL BRANCO 1", 6 METROS	UNIDADE	03	10	10
27	LUVA PVC ROSCÁVEL, 1/2", BRANCA	UNIDADE	04	10	10
28	LUVA PVC ROSCÁVEL,	UNIDADE	04	10	10

	1", BRANCA				
29	LUVA PVC ROSCÁVEL, 3/4", BRANCA	UNIDADE	04	10	10
30	LUVA DE CORRER PVC PARA TUBO SOLDÁVEL, 20mm, MARROM	UNIDADE	04	10	10
31	LUVA DE CORRER PVC PARA TUBO SOLDÁVEL, 25mm, MARROM	UNIDADE	04	10	10
32	LUVA DE CORRER PVC PARA TUBO SOLDÁVEL, 32mm, MARROM	UNIDADE	04	10	10
33	VASO SANITÁRIA CONVENCIONAL COM CAIXA ACOPLADA DIMENSÕES: Comprimento 500 mm; Largura 380 mm; Altura 390 mm. COR BRANCA	UNIDADE	04	15	15
34	CUBA DE EMBUTIR OVAL 30x40cm BRANCO	UNIDADE	03	15	15
35	UNIÃO SOLDÁVEL PVC MARROM, 20MM	UNIDADE	05	10	10
36	UNIÃO SOLDÁVEL PVC MARROM, 25MM	UNIDADE	05	10	10
37	UNIÃO SOLDÁVEL PVC MARROM, 32MM	UNIDADE	05	10	10
38	UNIÃO PVC ROSCÁVEL, 1/2", BRANCA	UNIDADE	05	10	10
39	UNIÃO PVC ROSCÁVEL, 1", BRANCA	UNIDADE	05	10	10
40	UNIÃO PVC ROSCÁVEL, 3/4", BRANCA	UNIDADE	05	10	10
41	TÊ SOLDÁVEL PVC MARROM, 20MM	UNIDADE	05	15	15
42	TÊ SOLDÁVEL PVC MARROM, 25MM	UNIDADE	05	15	15
43	TÊ ROSCÁVEL PVC BRANCO, 3/4"	UNIDADE	05	15	15
44	TÊ ROSCÁVEL PVC BRANCO, 1/2"	UNIDADE	05	15	15
45	TÊ ROSCAVEL PVC BRANCO, 1"	UNIDADE	05	15	15
46	CURVA SOLDÁVEL PVC MARROM, 20MM	UNIDADE	03	10	10
47	CURVA SOLDÁVEL PVC MARROM, 25MM	UNIDADE	03	10	10
48	CURVA SOLDÁVEL PVC MARROM, 32MM	UNIDADE	03	10	10
49	CURVA ROSCÁVEL PVC BRANCO, 3/4"	UNIDADE	03	10	10
50	CURVA ROSCAVEL PVC BRANCO, 1"	UNIDADE	03	10	10
51	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC,	EMBALAGEM COM	05	20	20

	INCOLOR, MATERIAL LÍQUIDO, PONTO DE EBULIÇÃO 56°, SOLÚVEL EM ACETONA (INSOLÚVEL EM ÁGUA)	850G			
52	REGISTRO DE GAVETA DE 1/2" EM LIGA DE COBRE	UNIDADE	04	10	10
53	REGISTRO DE GAVETA DE 3/4", EM LIGA DE COBRE, PRESSÃO MÁXIMA DE FUNCIONAMENTO DE 140	UNIDADE	04	10	10
54	REGISTRO DE GAVETA DE 1 " EM LIGA DE COBRE	UNIDADE	04	10	10
55	REGISTRO 20MM TIPO ESFERA SOLDÁVEL EM PVC MARROM	UNIDADE	04	10	10
56	REGISTRO 25MM TIPO ESFERA SOLDÁVEL EM PVC MARROM	UNIDADE	04	10	10
57	REGISTRO 32MM TIPO ESFERA SOLDÁVEL EM PVC MARROM	UNIDADE	04	10	10
58	REGISTRO 1/2" TIPO ESFERA ROSCÁVEL EM PVC	UNIDADE	04	10	10
59	REGISTRO 3/4" TIPO ESFERA ROSCÁVEL EM PVC	UNIDADE	04	10	10
60	REGISTRO 1" TIPO ESFERA ROSCÁVEL EM PVC	UNIDADE	04	10	10
61	SIFÃO CROMADO SIMPLES AJUSTÁVEL 66cm - 88cm	UNIDADE	05	15	15
62	TORNEIRA DE PAREDE PARA COZINHA COM BICA MÓVEL ROSCA: COM ADAPTADOR PARA 3/4"	UNIDADE	04	10	10
63	MASSA PLÁSTICA COM CATALISADOR, BRANCA 400g	EMBALAGEM COM 400 G	05	20	20
64	ANEL DE VEDACAO P/ VASO SANITARIO C/ GUIA E KIT DE FIXACAO EM ACO ZINCADO E BUCHA Nº 10	UNIDADE	10	20	20
65	KIT TORNEIRA PURIFICADOR /BEBEDOURO, IBBL FR600, 2 LADOS (NATURAL E GELADO).	UNIDADE	05	20	20

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados do(a) [emissão da nota de empenho], na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Qualquer divergência entre as especificações dos materiais no COMPRASNET/SIASG/CATMAT/SGA e o Termo de Referência, prevalecerá às especificações constantes do Termo de Referência.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000003/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 05/04/2024;
- III) Id do item no PCA: 580/581 e 582;
- VI) Classe/Grupo: 4710/4510 e 9999;
- V) Identificador da Futura Contratação: 254474-216/2025;

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A presente contratação tem por finalidade o registro de preços para aquisição futura e eventual de materiais hidráulicos destinados à manutenção preventiva, corretiva e à expansão das instalações hidráulicas do Instituto Leônidas & Maria Deane - ILMD, durante o período de vigência da ata de registro. A solução visa garantir o pronto atendimento às demandas do Instituto, sem a necessidade de novas licitações, otimizando tempo, recursos e assegurando a continuidade dos serviços essenciais de infraestrutura predial.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A presente contratação segue o Plano de Logística Sustentável da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012, com intuito de consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas de sustentabilidade já em andamento na Fiocruz e fornecer diretrizes para novas ações.

4.1.2. A presente contratação observará os princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica, conforme previsto no art. 5º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o desenvolvimento nacional sustentável como um dos princípios fundamentais da contratação pública.

4.1.3. Nesse sentido, o Termo de Referência prevê critérios que buscam minimizar os impactos ambientais e sociais negativos ao longo do ciclo de vida dos materiais hidráulicos, promovendo a racionalização do uso de recursos públicos, a eficiência energética, a gestão de resíduos e o consumo responsável.

### Critérios de Sustentabilidade Adotados:

- Preferência por produtos de maior vida útil, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e a geração de resíduos.
- Sempre que possível, serão priorizados produtos fabricados com materiais recicláveis ou passíveis de reaproveitamento.

- Os materiais não devem conter substâncias tóxicas ou metais pesados que prejudiquem o meio ambiente e a saúde humana.
- O fornecedor deve utilizar, preferencialmente, embalagens recicláveis ou reutilizáveis, e minimizar o uso de plástico ou materiais não biodegradáveis.
- A contratação por Sistema de Registro de Preços (SRP) contribui para a sustentabilidade econômica ao permitir aquisições conforme a real demanda, evitando compras desnecessárias e a obsolescência de materiais em estoque.
- Serão considerados não apenas os custos iniciais de aquisição, mas também a durabilidade, manutenção, substituição e descarte dos produtos ao longo do tempo.
- Adotar, sempre que possível, práticas logísticas que minimizem a emissão de gases poluentes e uso de veículos com menor impacto ambiental;
- Fornecer orientações sobre o descarte adequado Indicação de marcas ou modelos, como otimização de rotas dos materiais e/ou embalagens, caso aplicável;

### **Subcontratação**

*4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

### **Garantia da contratação**

*4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

*4.3.1. Trata – se de aquisição por SRP de material hidráulico, não requerendo mão de obra qualificada ou específica.*

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

*5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho, em remessa única.*

*5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Fundação Nacional de Saúde, Rua Oswaldo Cruz, S/N, bairro da Glória, CEP. 69.027-000, Manaus, Amazonas (Almoxarifado FIOCRUZ - Sala 13, 2º andar, Bloco B);*

*5.3. Obs.: A entrega dos materiais deverá ocorrer em horário comercial de segunda a sexta feira, devendo o fornecedor "agendar previamente" por meio dos telefones de contato: (92) 3621.2411/3621.2341 (SEAP/ILMD)*

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

*5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

*6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

*6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.21.1. Considerando a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a preservação do valor real da moeda ao longo do tempo, justifica-se a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) monetária como fator de correção para a aquisição de material hidráulico, por ser um índice calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e é o índice oficial adotado pelo Governo Federal para medir a variação da inflação no país.

8.21.2. Por sua abrangência e representatividade, é comumente utilizado na atualização de valores em contratos administrativos, especialmente aqueles com vigência superior a 12 meses, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), no artigo 92. Além disso, o IPCA reflete de forma adequada a variação dos preços de mercado dos insumos e materiais, incluindo materiais hidráulicos, cujo custo pode ser impactado por fatores como inflação, aumento de demanda e oscilações no mercado de construção civil. Portanto, a aplicação do IPCA como índice de correção monetária busca garantir a adequação dos valores contratados à realidade econômica vigente, assegurando o equilíbrio contratual e a viabilidade da execução do objeto.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/02/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1. *Valores unitários: Conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

*10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 53.930,03 ( cinquenta e três mil, novecentos e trinta reais e três centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima.***

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas]

Manaus, 07 de abril de 2026

---

MARCELA PINHEIRO CIDADE

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

**NÃO SE APLICA**

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20....

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### **MARCELA PINHEIRO CIDADE**

Engenheira Civil



*Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 11:12:54.*

### **WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA**

Técnico em Saúde Pública



*Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 11:15:20.*

### **STEFANIE COSTA PINTO LOPES**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 16:15:17.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP.pdf (3.08 MB)

## CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE - AM

# Estudo Técnico Preliminar 32/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 25792.000379/2025-76

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A presente aquisição de **materiais hidráulicos** por SRP, reveste-se de **essencialidade** para o adequado funcionamento das instalações físicas do Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD/Fiocruz Amazônia, unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde.

2.2. Os materiais objeto desta contratação são indispensáveis à **execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva** das redes de abastecimento de água, esgoto e drenagem das edificações do Instituto. Esses serviços asseguram o pleno funcionamento de **laboratórios de pesquisa, áreas administrativas e de apoio técnico**, diretamente relacionados às atividades finalísticas de pesquisa, ensino e inovação em saúde pública.

2.3. A não aquisição desses insumos pode comprometer a **continuidade das atividades científicas e administrativas**, gerando riscos de interrupção de serviços essenciais, prejuízos a equipamentos e instalações laboratoriais sensíveis, e impacto negativo na execução de **projetos estratégicos** voltados à vigilância epidemiológica, controle de doenças e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) na região amazônica.

2.4. Assim, a contratação ora proposta demonstra **inequívoco interesse público**, na medida em que visa garantir **condições adequadas de infraestrutura e biossegurança**, contribuindo para a **preservação do patrimônio público, a segurança dos servidores, pesquisadores, alunos e a continuidade das ações institucionais essenciais** ao cumprimento da missão da Fiocruz.

2.5. Nos termos do **art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância do interesse público e da eficiência administrativa nas contratações públicas, reconhece-se que a presente aquisição atende a uma **necessidade essencial e permanente** do Instituto, estando **diretamente vinculada às finalidades públicas** de promoção da saúde, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEINFRA - Serviço de Infraestrutura/ILMD	Marcela Pinheiro Cidade

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A presente contratação tem por objeto a **aquisição de materiais hidráulicos diversos** com vistas a atender às necessidades operacionais do Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia), notadamente no que se refere à **manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais hidráulicas** da unidade.

4.2. A necessidade da contratação fundamenta-se na **preservação da funcionalidade e da segurança da infraestrutura física** da unidade, cuja estrutura predial é essencial para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e serviços em saúde pública.

As redes hidráulicas, ao integrarem os sistemas de abastecimento de água, esgoto sanitário, drenagem e combate a incêndio, demandam intervenções constantes para garantir seu pleno funcionamento e prevenir falhas que possam comprometer a **continuidade dos serviços institucionais**.

4.3. Dessa forma, os materiais a serem adquiridos deverão atender a requisitos técnicos mínimos que assegurem:

- **Fornecimento ágil e em conformidade com as condições operacionais locais.**
- ser **novos, originais** e apresentar **padrão de fabricação regular**, com identificação clara do fabricante e/ou fornecedor;
- Estar em conformidade com as respectivas **normas técnicas da ABNT**, especialmente:
  - **ABNT NBR 5648 e NBR 5688** para tubos e conexões em PVC rígido;
  - Normas de referência para válvulas, registros, e conexões metálicas (latão);
- Apresentar **resistência mínima à pressão de serviço** compatível com instalações hidráulicas prediais (ex: 10 bar);
- Ter **garantia mínima de 12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação;
- Possuir **rotulagem clara e permanente** com indicação de marca, lote e data de fabricação.

4.4. Sob a perspectiva do interesse público, a contratação é justificada pela **necessidade de garantir ambientes físicos salubres, funcionais e seguros** para servidores, pesquisadores, estudantes, colaboradores e visitantes, além de proteger o patrimônio público e evitar gastos maiores decorrentes de danos estruturais por negligência ou demora na reposição de insumos hidráulicos.

4.5. A definição clara dos requisitos da contratação também visa permitir a **seleção da proposta mais vantajosa**, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021, assegurando a economicidade, a eficiência na gestão de recursos públicos e a sustentabilidade da infraestrutura predial da instituição

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando a natureza do objeto — aquisição de **materiais hidráulicos de uso recorrente, mas de demanda variável e imprevisível** — foram analisadas as principais alternativas de contratação previstas na Lei nº 14.133/2021, conforme quadro comparativo abaixo:

Modalidade/Forma	Características	Limitações para o caso
<b>Dispensa de Licitação (art. 75)</b>	Utilizada para contratações diretas, em razão do valor ou emergência, sem procedimento competitivo.	Não atende à <b>rotina de manutenção contínua</b> , nem permite planejamento; uso reiterado pode configurar fracionamento indevido da despesa. Não garante economicidade nem ampla concorrência.
<b>Pregão eletrônico (sem SRP)</b>	Realizado para contratação imediata de bens comuns, com entrega única ou por cronograma fixo.	Inflexível para aquisição de itens sob demanda. Uma vez concluído o fornecimento, <b>é necessário novo processo</b> para cada nova necessidade. Pode gerar <b>superdimensionamento ou desabastecimento</b> .
<b>SRP – Sistema de Registro de Preços (art. 82 a 86)</b>	Permite o registro de preços por item ou lote, para futuras aquisições sob demanda, com vigência de até 12 meses, com possibilidade de prorrogação.	<b>Mais indicado para demandas recorrentes e variáveis</b> , como manutenção predial. <b>Evita compras</b>

5.2. A escolha pelo **Sistema de Registro de Preços (SRP)** justifica-se pelas seguintes razões:

1. **Demanda contínua, porém variável**

A aquisição de materiais hidráulicos é necessária de forma **recorrente**, mas **a quantidade e o momento exato da necessidade são imprevisíveis**, pois dependem de inspeções técnicas e ocorrências eventuais (vazamentos, substituição de peças, adequações em laboratórios, etc.).

2. **Melhor planejamento e controle orçamentário**

O SRP permite **contratar somente quando houver necessidade real**, dentro da vigência da ata, **sem comprometimento prévio integral do orçamento**. Isso garante **gestão mais eficiente dos recursos públicos**.

3. **Evita fracionamento e uso indevido de dispensas**

Ao consolidar todos os itens e estimativas em um único procedimento, o SRP evita o uso repetido de **dispensas por valor**, que poderiam levar à interpretação de fracionamento indevido da despesa.

4. **Agilidade no atendimento de demandas emergenciais**

Como os fornecedores já estarão registrados e os preços definidos, **não haverá necessidade de novo processo licitatório** em caso de urgência, o que garante maior **eficiência e continuidade dos serviços**.

5. **Economia de escala e maior competitividade**

A centralização dos itens em um único edital, com ampla divulgação e concorrência, tende a resultar em **melhores preços unitários e padronização da qualidade dos materiais adquiridos**.

6. **Alinhamento com práticas administrativas consolidadas**

Conforme levantamento de mercado, diversos órgãos públicos — incluindo instituições federais de ensino, ministérios e órgãos estaduais — adotam o SRP para aquisição de materiais hidráulicos, justamente por sua **flexibilidade, segurança jurídica e eficiência administrativa**.

5.3. Durante a pesquisa, foram consultados editais, atas de registro de preços e processos licitatórios disponíveis em plataformas oficiais, como Compras.gov.br, PNCP, sites de instituições federais e prefeituras. Abaixo, destacam-se exemplos relevantes:

- **Ministério Público do Amazonas (MP/AM)** – SRP nº 94014/2025 para aquisição de materiais hidráulicos, elétricos e de manutenção predial;
- **Instituto Federal Catarinense (IFC)** – Pregão Eletrônico nº 90086/2024 para aquisição de materiais hidráulicos em diversos campi, com 286 itens catalogados;
- **SAAE de Águas de Lindóia (SP)** – SRP para aquisição de tubos e conexões em PVC, PEAD, e ferro fundido, com entrega parcelada;
- **Prefeituras municipais** (ex: Vale do Sol/RS, Sinimbu/RS) – Pregões eletrônicos específicos para aquisição de materiais hidráulicos, em modalidade SRP e com lotes definidos por tipo de material.

5.4. Esses casos demonstram que o **uso do SRP é amplamente adotado por instituições públicas** em contratações desse tipo, especialmente em razão da **natureza recorrente e imprevisível da demanda**, da **grande variedade de itens** e da **necessidade de entregas parceladas e sob demanda**.

**Com base no levantamento, confirmou-se que a aquisição por SRP representa:**

- Uma solução amplamente adotada por órgãos públicos em contratações similares;
- Um modelo que favorece a **aquisição descentralizada**, conforme a demanda, sem comprometer a economicidade;

- Uma forma de contratação que garante **maior eficiência administrativa** e **controle orçamentário**, com preços registrados previamente.

#### 5.6. O levantamento de mercado evidenciou que:

- A solução é **tecnicamente viável**, amplamente adotada e aceita pelo mercado;
- O mercado fornecedor apresenta **condições amplas de atendimento**, com diversidade de marcas e modelos;
- Não foi identificado indício de restrição de competitividade que justificasse alteração no modelo proposto.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A presente contratação tem como finalidade a **aquisição de materiais hidráulicos** por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, visando atender às necessidades **contínuas e eventuais** do Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD/Fiocruz Amazônia, relacionadas à **manutenção preventiva e corretiva** de suas instalações físicas.

6.2. A solução contempla a **formação de uma ata de registro de preços** com fornecedores previamente selecionados, possibilitando a aquisição **sob demanda** de itens essenciais como tubos, conexões, registros, válvulas, torneiras, adaptadores, entre outros componentes utilizados nos sistemas hidráulicos da instituição.

6.3. A escolha da contratação por SRP justifica-se tecnicamente por:

- A **variabilidade e imprevisibilidade** das demandas por materiais hidráulicos;
- A necessidade de atendimento a **diversos setores da unidade**, com materiais padronizados e compatíveis com as estruturas existentes;
- A exigência de **resposta rápida a eventuais emergências hidráulicas**, como vazamentos, entupimentos ou manutenções corretivas urgentes;
- A possibilidade de aquisição parcelada conforme as necessidades reais, **evitando estoques desnecessários** e vencimento de materiais.

6.4. Sob o ponto de vista econômico, a adoção do SRP oferece diversas vantagens:

- **Eficiência administrativa**, ao evitar múltiplos processos licitatórios ao longo do ano;
- **Redução de custos logísticos e operacionais**, com compras planejadas e centralizadas;
- **Melhor planejamento orçamentário**, com preços fixados por período determinado;
- **Maior economicidade**, ao permitir a escolha de propostas mais vantajosas por item, sem a obrigação de compra imediata.

6.5. Embora se trate de materiais de reposição e consumo (sem instalação por parte do fornecedor), serão exigidos os seguintes requisitos mínimos:

- Fornecimento de **materiais novos, em perfeitas condições de uso**, sem avarias ou defeitos;
- Garantia mínima legal contra vícios ocultos ou defeitos de fabricação;
- **Substituição imediata dos itens que apresentarem não conformidade**, sem ônus adicional à Administração;
- Sempre que aplicável, os materiais devem apresentar **certificação de qualidade** conforme normas técnicas da ABNT, INMETRO ou equivalentes.

6.7. A solução proposta — aquisição por SRP — é tecnicamente viável, economicamente vantajosa e operacionalmente adequada, permitindo que o ILMD/Fiocruz Amazônia atenda suas demandas de forma eficiente, segura e transparente. O modelo garante a **continuidade dos serviços essenciais de manutenção predial**, reduz custos administrativos e proporciona maior flexibilidade na gestão de suprimentos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As estimativas dos materiais e quantidades estão descritas abaixo.

ITEM	CATMAT	SGA	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD
1	432796	48863	REFIL FILTRO, MATERIAL MICROFIBRA DE POLIPROPILENO DE DENSIDADE GRADUADA, APLICAÇÃO PURIFICADOR IBBL: FR600, FRQ600, PFNB2000, PFQ2000, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS REFIL C+3; TRIPLA FILTRAGEM, CAPACIDADE FILTRAGEM	UNIDADE	40
2	258317	29993	ASSENTO VASO SANITÁRIO, UNIVERSAL, MATERIAL PLÁSTICO, COR RANCA/BEGE /CINZA	UNIDADE	100
3	441316	42082	SIFÃO AJUSTÁVEL EXTENSIVO CROMADO DUPLO, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO CORPO SANFONADO / FLEXÍVEL, APLICAÇÃO LAVATÓRIO E PIA, DN 40 A 50	UNIDADE	20
4	321550	48876	VÁLVULA DESCARGA, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, BITOLA 1/2, APLICAÇÃO MICTÓRIO, TIPO ROSCÁVEL, TIPO USO DESCARGA DE MICTÓRIO AUTOMÁTICA DE PRESSÃO	UNIDADE	30
5	262550	44073	ENGATE FLEXÍVEL EM PVC, BITOLA: 1/2 Pol; COMPRIMENTO 40 Cm	UNIDADE	20
6	225709	3264	FITA VEDA ROSCA 18mm x 50m	UNIDADE	50
7	233359	47881	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 20mm, 45°, MARROM	UNIDADE	20
8	233980	9107		UNIDADE	20

			JOELHO PVC SOLDÁVEL, 25mm, 90°, MARROM		
9	233981	9108	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 32mm, 90°, MARROM	UNIDADE	20
10	287222	18605	JOELHO PVC ROSCÁVEL, 1/2", 45°, BRANCO	UNIDADE	20
11	462382	3212	JOELHO PVC ROSCÁVEL, 3/4", 90°, BRANCO	UNIDADE	20
12	605579	15335	JOELHO PVC ROSCÁVEL, 1", 90°, BRANCO	UNIDADE	20
13	274835	44965	KIT REPARO COMPLETO PARA CAIXAS ACOPLADAS DE VASO SANITÁRIO COM ACIONADOR SUPERIOR, 1/2 POL	UNIDADE	20
14	293163	18650	KIT REPARO COMPLETO PARA CAIXAS ACOPLADAS DE VASO SANITÁRIO COM ACIONADOR LATERAL	UNIDADE	20
15	245171	49622	TORNEIRA EM PVC, COM CONECTOR PARA BEBEDOURO ELÉTRICO DE GARRAFÃO, COM ALAVANCA DE ACIONAMENTO DIÂMETRO 3/8" (O PAR)	UNIDADE	20
16	384646	48873	TORNEIRA PLÁSTICA JARDIM 1/2"	UNIDADE	15
17	384647	7360	TORNEIRA PLÁSTICA JARDIM 3/4"	UNIDADE	15
18	313756	38711	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA LAVATÓRIO DE MESA, 15CM DE COMPRIMENTO, MATERIAL LIGA DE COBRE, AÇO INOXIDÁVEL, BITOLA 1/2" (DN15), CLASSE PADRÃO 10 a 40 m.c.a	UNIDADE	20
19	233330	51703	TORNEIRA PARA COZINHA DE MESA, BICO LONGO, FECHAMENTO COM 1/4 DE VOLTA, DN 15 (1/2")	UNIDADE	15

20	435944	3277	TORNEIRA PARA BANCADA, HOSPITALAR, TIPO ALAVANCA, BICA BAIXA, DN 15 (1/2")	UNIDADE	15
21	214732	18535	TUBO DE PVC SOLDÁVEL MARROM 32mm, 6 METROS	UNIDADE	10
22	396865	18534	TUBO DE PVC SOLDÁVEL MARROM 25mm, 6 METROS	UNIDADE	10
23	396867	18533	TUBO DE PVC SOLDÁVEL MARROM 20mm, 6 METROS	UNIDADE	10
24	339646	44078	TUBO DE PVC ROSCÁVEL BRANCO 1/2", 6 METROS	UNIDADE	10
25	412500	44079	TUBO DE PVC ROSCÁVEL BRANCO 3/4", 6 METROS	UNIDADE	10
26	214721	44076	TUBO DE PVC ROSCÁVEL BRANCO 1", 6 METROS	UNIDADE	10
27	238878	3254	LUVA PVC ROSCÁVEL, 1/2", BRANCA	UNIDADE	10
28	242602	3338	LUVA PVC ROSCÁVEL, 1", BRANCA	UNIDADE	10
29	242439	3359	LUVA PVC ROSCÁVEL, 3/4", BRANCA	UNIDADE	10
30	245133	17226	LUVA DE CORRER PVC PARA TUBO SOLDÁVEL, 20mm, MARROM	UNIDADE	10
31	233999	17704	LUVA DE CORRER PVC PARA TUBO SOLDÁVEL, 25mm, MARROM	UNIDADE	10
32	242876	17569	LUVA DE CORRER PVC PARA TUBO SOLDÁVEL, 32mm, MARROM	UNIDADE	10
33	618198	18867	VASO SANITÁRIA CONVENCIONAL COM CAIXA ACOPLADA DIMENSÕES: Comprimento 500 mm; Largura 380 mm; Altura 390 mm. COR BRANCA	UNIDADE	15

34	345536	49619	CUBA DE EMBUTIR OVAL 30x40cm BRANCO	UNIDADE	15
35	466472	5249	UNIÃO SOLDÁVEL PVC MARROM, 20MM	UNIDADE	10
36	396870	9308	UNIÃO SOLDÁVEL PVC MARROM, 25MM	UNIDADE	10
37	396869	5263	UNIÃO SOLDÁVEL PVC MARROM, 32MM	UNIDADE	10
38	214192	3393	UNIÃO PVC ROSCÁVEL, 1/2", BRANCA	UNIDADE	10
39	348752	3394	UNIÃO PVC ROSCÁVEL, 1", BRANCA	UNIDADE	10
40	348751	3392	UNIÃO PVC ROSCÁVEL, 3/4", BRANCA	UNIDADE	10
41	625287	40126	TÊ SOLDÁVEL PVC MARROM, 20MM	UNIDADE	15
42	351409	9283	TÊ SOLDÁVEL PVC MARROM, 25MM	UNIDADE	15
43	452028	9279	TÊ ROSCÁVEL PVC BRANCO, 3/4"	UNIDADE	15
44	397027	9277	TÊ ROSCÁVEL PVC BRANCO, 1/2"	UNIDADE	15
45	452029	10935	TÊ ROSCAVEL PVC BRANCO, 1"	UNIDADE	15
46	483206	40123	CURVA SOLDÁVEL PVC MARROM, 20MM	UNIDADE	10
47	374260	9029	CURVA SOLDÁVEL PVC MARROM, 25MM	UNIDADE	10
48	374268	16917	CURVA SOLDÁVEL PVC MARROM, 32MM	UNIDADE	10
49	243137	24165	CURVA ROSCÁVEL PVC BRANCO, 3/4"	UNIDADE	10
50	243138	46653	CURVA ROSCAVEL PVC BRANCO, 1"	UNIDADE	10
51	268188	15383	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, INCOLOR, MATERIAL LÍQUIDO, PONTO DE EBULIÇÃO 56°, SOLÚVEL EM ACETONA (INSOLÚVEL EM ÁGUA)	EMBALAGEM COM 850G	20
52	328437	3211		UNIDADE	10

			REGISTRO DE GAVETA DE 1/2" EM LIGA DE COBRE		
53	273749	3373	REGISTRO DE GAVETA DE 3/4", EM LIGA DE COBRE, PRESSÃO MÁXIMA DE FUNCIONAMENTO DE 140	UNIDADE	10
54	233453	3210	REGISTRO DE GAVETA DE 1 " EM LIGA DE COBRE	UNIDADE	10
55	615143		REGISTRO 20MM TIPO ESFERA SOLDÁVEL EM PVC MARROM	UNIDADE	10
56	265056	46411	REGISTRO 25MM TIPO ESFERA SOLDÁVEL EM PVC MARROM	UNIDADE	10
57	265059	31695	REGISTRO 32MM TIPO ESFERA SOLDÁVEL EM PVC MARROM	UNIDADE	10
58	269503	15448	REGISTRO 1/2" TIPO ESFERA ROSCÁVEL EM PVC	UNIDADE	10
59	294595	15449	REGISTRO 3/4" TIPO ESFERA ROSCÁVEL EM PVC	UNIDADE	10
60	294596	15450	REGISTRO 1" TIPO ESFERA ROSCÁVEL EM PVC	UNIDADE	10
61	254387	9644	SIFÃO CROMADO SIMPLES AJUSTÁVEL 66cm - 88cm	UNIDADE	15
62	381089	9293	TORNEIRA DE PAREDE PARA COZINHA COM BICA MÓVEL ROSCA: 1/2" COM ADAPTADOR PARA 3/4"	UNIDADE	10
63	605486	12425	MASSA PLÁSTICA COM CATALISADOR, BRANCA 400g	EMBALAGEM COM 400 G	20
			ANEL DE VEDACAO P/VASO SANITARIO C /GUIA E KIT DE FIXACAO EM ACO ZINCADO E BUCHA N°10		

64	480616	40152		UNIDADE	20
65	483261	25679	KIT TORNEIRA PURIFICADOR /BEBEDOURO, IBBL FR600, 2 LADOS (NATURAL E GELADO).	UNIDADE	20

--	--	--	--	--	--

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 55.000,00

8.1. O valor estimado desta contratação é de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);

8.2. o valor real será informado pelo setor de compras, que é o responsável pelas cotações e mapa comparativo.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração Pública deve promover o parcelamento do objeto licitado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com o objetivo de ampliar a competitividade e assegurar a proposta mais vantajosa.

9.2. Contudo, no caso em tela, trata-se de **aquisição de materiais por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP)** para atender às demandas do **Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD)**, e a **divisão do objeto (parcelamento dos itens) não se mostra tecnicamente viável nem economicamente vantajosa**, pelas razões abaixo elencadas:

- **Cada item é tecnicamente indivisível** e, portanto, não comporta fracionamento ou subdivisão interna. Ainda que haja múltiplos itens no processo, cada um constitui uma unidade autônoma e funcional, não sendo possível dividi-los em lotes ou subitens;
- **A adoção do SRP permite a adjudicação a diversos fornecedores distintos por item**, o que garante a ampliação da competitividade e a seleção das melhores propostas por item, **atendendo ao princípio da vantajosidade sem a necessidade de parcelamento**;
- O parcelamento, no caso concreto, **acarretaria perda de economia de escala** e aumento de complexidade operacional e contratual, com riscos de inconsistência entre fornecimentos e maiores custos de gestão administrativa;
- A não adoção do parcelamento está, portanto, **fundamentada na inviabilidade técnica e na desvantagem econômica**, conforme prevê o próprio art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Dessa forma, **embora o procedimento adotado (SRP) permita que diferentes fornecedores sejam registrados para itens distintos, cada item licitado será mantido como unidade indivisível**, sem fracionamento, respeitando a natureza técnica do objeto e os princípios da economicidade, eficiência e obtenção da proposta mais vantajosa.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. De acordo com a Lei 14.133/2021 e a IN Seges/MGI nº 5 de 2023, foi avaliada a existência de contratações correlatas ou interdependentes à presente aquisição de materiais hidráulicos.

10.2. A presente contratação tem por objeto a **aquisição de materiais hidráulicos diversos**, por meio de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, destinados ao atendimento das demandas de **manutenção preventiva e corretiva** da infraestrutura predial do Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD/Fiocruz Amazônia.

10.3. Atualmente, há outras contratações em vigor no âmbito do ILMD/Fiocruz Amazônia que podem ser consideradas **complementares**, mas **não interdependentes** da presente aquisição, tais como:

- **Contratação de serviços de manutenção predial ou mão de obra de apoio técnico**, que utilizam os materiais a serem adquiridos;
- **Aquisições de materiais elétricos e de construção civil**, que, embora distintos, são frequentemente utilizados em conjunto nas rotinas de manutenção predial.

10.4. Essas contratações estão **administrativamente separadas** e seguem fluxos licitatórios próprios, não havendo **interdependência técnica direta** que inviabilize a execução de uma sem a outra.

10.5. A execução da presente contratação **não está condicionada a outra contratação específica**. O fornecimento dos materiais poderá ocorrer de forma autônoma, com utilização conforme a demanda dos setores de manutenção da unidade.

10.6. Por se tratar de insumos de reposição, os materiais podem ser **armazenados e utilizados progressivamente**, sem prejuízo ao andamento das demais contratações existentes ou futuras.

10.7. A presente contratação **não possui interdependência técnica obrigatória com outras contratações em curso**, embora esteja **correlacionada operacionalmente** com os serviços de manutenção predial. A sua execução é autônoma e não condiciona, nem depende, de outras aquisições ou contratações, sendo portanto viável de forma independente.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada aos **objetivos estratégicos e operacionais** do Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD /Fiocruz Amazônia.

11.2. A aquisição de materiais hidráulicos visa assegurar o **pleno funcionamento das instalações físicas da unidade**, contribuindo diretamente para a **continuidade dos serviços essenciais de pesquisa, ensino e extensão** realizados pela instituição.

**11.3.** A presente contratação encontra respaldo nos seguintes instrumentos de planejamento:

- **Plano de Gestão e Planejamento Anual de Compras (PAC)** da unidade, no qual estão previstas aquisições de materiais de consumo e manutenção predial;
- Alinhamento à **estratégia institucional da Fiocruz**, que prevê a promoção de infraestrutura adequada para a execução das ações científicas e tecnológicas em saúde pública;
- Atendimento às metas operacionais da área de **Infraestrutura e Manutenção**, vinculadas ao funcionamento contínuo e seguro das instalações da instituição.

11.6. A contratação proposta está plenamente alinhada ao planejamento institucional do ILMD/Fiocruz Amazônia, sendo essencial para a **manutenção da infraestrutura física**, o que impacta diretamente na **qualidade, segurança e continuidade das atividades finalísticas** da unidade.

11.7. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Gestão/Unidade: 254474**

**Fonte de Recursos: 1002000000**

**Programa de Trabalho: 10128512120YD0001**

**Elemento de Despesa: 339030**

**Plano Interno: A1LMD**

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A presente contratação tem por objetivo gerar benefícios diretos e indiretos à Administração Pública, com impacto positivo nas rotinas operacionais, na gestão de infraestrutura e no suporte às atividades finalísticas do Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD/Fiocruz Amazônia.

12.2. A aquisição de materiais hidráulicos, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), permitirá:

- Atendimento imediato às demandas emergenciais ou programadas de manutenção hidráulica;
- Redução do tempo de resposta a problemas como vazamentos, entupimentos ou falhas em sistemas hidráulicos;
- Garantia de funcionamento ininterrupto das instalações físicas.
- Evita aquisições emergenciais e compras fragmentadas, que tendem a ser mais onerosas;
- Possibilita aquisições sob demanda, sem necessidade de estoque elevado;
- Permite padronização dos itens adquiridos, facilitando controle e reposição.
- Possibilidade de obtenção de melhores preços com economia de escala e disputa por item;
- Redução de custos administrativos com a realização de um único processo licitatório para diversos setores;
- Maior planejamento orçamentário e previsibilidade de despesas.
- Melhoria nas condições físicas dos ambientes de trabalho, pesquisa e atendimento;
- Apoio direto à continuidade das atividades científicas, laboratoriais, administrativas e de formação;

- Cumprimento de normas técnicas e de segurança, especialmente em áreas sensíveis (ex: laboratórios).

12.3. A contratação contribuirá significativamente para a **eficiência operacional da unidade**, a **melhoria contínua da infraestrutura física** e o **suporte direto às atividades-fim da instituição**. Com isso, o ILMD/Fiocruz Amazônia assegura a **prevenção de riscos operacionais**, o **uso racional dos recursos públicos** e o **cumprimento de sua missão institucional** no campo da ciência e da saúde pública.

## 13. Providências a serem Adotadas

Para esta contratação não há providências a serem tomadas.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Foram avaliados os possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação, que tem como objeto a aquisição de **materiais hidráulicos diversos**, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), para atender às necessidades do ILMD/Fiocruz Amazônia.

14.2. A contratação, embora se trate de aquisição de materiais de consumo, pode gerar alguns impactos indiretos, tais como:

- **Geração de resíduos sólidos:** sobras de materiais (tubos, conexões, embalagens plásticas) descartadas após a execução de reparos;
- **Descarte inadequado de resíduos de manutenção:** restos de peças antigas ou danificadas podem causar impactos se descartados fora dos padrões;
- **Consumo de materiais plásticos e metálicos:** uso recorrente de materiais não biodegradáveis pode contribuir com o acúmulo de resíduos no longo prazo.

14.3. Considerando esses possíveis impactos, o ILMD/Fiocruz Amazônia deverá adotar, no âmbito de suas rotinas de manutenção predial, **boas práticas de gestão ambiental**, tais como:

- Destinação adequada dos resíduos hidráulicos (ex: tubos antigos, conexões danificadas) para unidades de coleta seletiva ou reaproveitamento quando possível;
- Reaproveitamento de materiais em bom estado que possam ser utilizados em pequenas manutenções;
- Observância da Política de Sustentabilidade da Fiocruz e dos princípios da Administração Pública sustentável.

14.4. Embora os impactos ambientais decorrentes desta contratação sejam **pontuais e de baixa magnitude**, o ILMD/Fiocruz Amazônia reconhece a importância da **gestão responsável de resíduos** e da **adoção de práticas sustentáveis** em suas aquisições e rotinas operacionais.

14.5. A contratação apresenta **impacto ambiental indireto e de baixo risco**, sendo possível sua mitigação por meio de medidas internas simples e da conscientização das equipes envolvidas na execução dos serviços. A iniciativa está em conformidade com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental na Administração Pública.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Após análise detalhada dos requisitos técnicos, justificativas econômicas, levantamento de mercado, verificação de impactos ambientais e alinhamento ao planejamento institucional, **constata-se que a contratação proposta é viável** sob os aspectos **técnico, operacional, orçamentário e jurídico**.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### **MARCELA PINHEIRO CIDADE**

Engenheira Civil



*Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 15:28:00.*

### **WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA**

Técnico em saúde pública



*Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 15:28:19.*

### **STEFANIE COSTA PINTO LOPES**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 17:57:11.*



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
Rua Teresina, 476 – Adrianópolis - Manaus-AM, Térreo - SI 15 , @cidade\_unidade@/, CEP 69057-070  
Telefone: 92 3621-2406 - <http://www.fiocruz.br>

## MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 25792.000379/2025-76

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

*Instituto Leônidas e Maria Deane*

Processo Administrativo nº 25792.000379/2025-76

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O(A) Instituto Leônidas e Maria Deane, com sede no(a) Rua Teresina, nº 476, na cidade de Manaus/AM, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0021-89, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora Stefanie Costa Pinto Lopes, nomeado(a) pela Portaria nº 2.040, de 20 de dezembro de 2023, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº nº 2179405, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90001/2026, publicada no ..... de ...../...../202...., processo administrativo n.º 25792.000379/2025-76, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Aquisição por SRP de material hidráulico para manutenção preventiva e corretiva no ILMD, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 90001/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *Instituto Leônidas e Maria Deane*.

#### **4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *[edital] OU [aviso de contratação direta]* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item

anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023 .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

**Portaria da Diretoria Executiva**

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

**RESOLVE:****1.0 - PROPÓSITO**

Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

**2.0 - OBJETIVO**

## CAPÍTULO I

## DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. advertência;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

III. dar causa à inexecução total do contrato:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.

§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.

§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.

§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.

§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.

§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## CAPÍTULO II

### DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

#### Seção I

##### Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;

III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:

a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.

V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

#### Seção II

##### Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

### CAPÍTULO III

#### DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

##### Seção I

###### Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.

Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.

Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios. Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.

Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:

I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;

II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;

III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;

IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;

V. Cópia de notas fiscais/fatura;

VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;

VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;

VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;

IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;

X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.

Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.

Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

##### Seção II

###### Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.

§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.

§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.

§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

### Seção III

#### Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.

Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:

I. os fatos;

II. os argumentos apresentados;

III. as provas eventualmente apresentadas;

IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;

V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e

VI. outras informações necessárias e pertinentes.

Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.

§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.

Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.

§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.

§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.

Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.

Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.

Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.

§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.

Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

#### CÁPITULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:

I. a reparação integral do dano causado;

II. o pagamento da multa aplicada;

III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.

Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.

Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

### 3.0 - VIGÊNCIA

Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA, Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

## Anexo I

### Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

#### Dosimetria e Circunstâncias

Selecione as possíveis sanções/incisos:

**Impedimento**                      **IV**

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

As circunstâncias agravantes ou atenuantes		Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;		
	b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;	X	-4%
c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.			
V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%	
Agravantes (até 50%)	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
<b>Total</b>			<b>16%</b>

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

**Anexo II**  
**Modelo de Comunicação Preliminar**

**Comunicação Preliminar**

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX

A/C: Sr. Representante Legal

Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

**COMUNICAÇÃO PRELIMINAR**

Prezado(a),

Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados: A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.

Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.

Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.

Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

- (a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
- (b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
- (c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
- (d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
- (e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

**Servidor**  
**SIAPE**

### Anexo III

#### Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

##### 1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: \_\_\_\_\_
- Objeto do Contrato: \_\_\_\_\_
- Processo Administrativo nº: \_\_\_\_\_
- Unidade Administrativa Responsável: \_\_\_\_\_
- Vigência do Contrato: // \_\_\_\_\_ até // \_\_\_\_\_  
Ou

##### 2. Identificação do Certame

- Número do Certame: \_\_\_\_\_
- Objeto: \_\_\_\_\_
- Item licitado: \_\_\_\_\_

##### 3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: \_\_\_\_\_
- CNPJ: \_\_\_\_\_
- Representante Legal: \_\_\_\_\_
- Telefone/E-mail: \_\_\_\_\_

##### 4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Local da ocorrência: \_\_\_\_\_

Data da constatação pela fiscalização: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

##### 5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: // \_\_\_\_\_
- Local da Ocorrência: \_\_\_\_\_

- Tipo de Infração:
  - Inexecução total/parcial do objeto
  - Descumprimento de prazos
  - Entrega de produto/serviço fora das especificações
  - Conduta incompatível com a ética contratual
  - Outros: \_\_\_\_\_

### **6. Descrição Detalhada da Infração**

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

---

---

---

---

### **7. Dispositivos Afetados**

Cláusula violada: \_\_\_\_\_

### **8. Evidências Comprobatórias**

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

---

---

---

### **9. Tentativas de Solução**

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

---

---

---

### 10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

---

---

---

### 11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

---

---

---

### 12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em // \_\_\_\_\_
- Prazo concedido para manifestação: \_\_\_\_\_ dias
- Resposta do fornecedor:

Recebida em // \_\_\_\_\_

Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

**13. Proposta de Sanção (se aplicável)**

- Advertência
- Multa contratual
- Suspensão temporária de participação em licitações
- Declaração de inidoneidade

Fundamentação: \_\_\_\_\_

**14. Responsável pela Constatação da Infração**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

SIAPE: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

De acordo da Autoridade Competente: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**Anexo IV**

**Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade**

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

**Nome da autoridade**

**SIAPE**

**Cargo**

**Anexo V**  
**Notificação para defesa prévia**

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_\_

À EMPRESA xxxx LTDA.  
CNPJ: 00.000.000/0001-00  
RUA XXXXXXXX, Nº XXXX  
BAIRRO XXXXXXXX  
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº ..... de ...../...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

6. empresa contratada) apresentou justificativas em ...../...../....., bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

**Nome da autoridade**

**SIAPE**

**Cargo**

**ANEXO VI**  
**Aplicação de Penalidade**

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_.

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

RUA XXXXXXX, Nº XXXX

BAIRRO XXXXXXX

CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

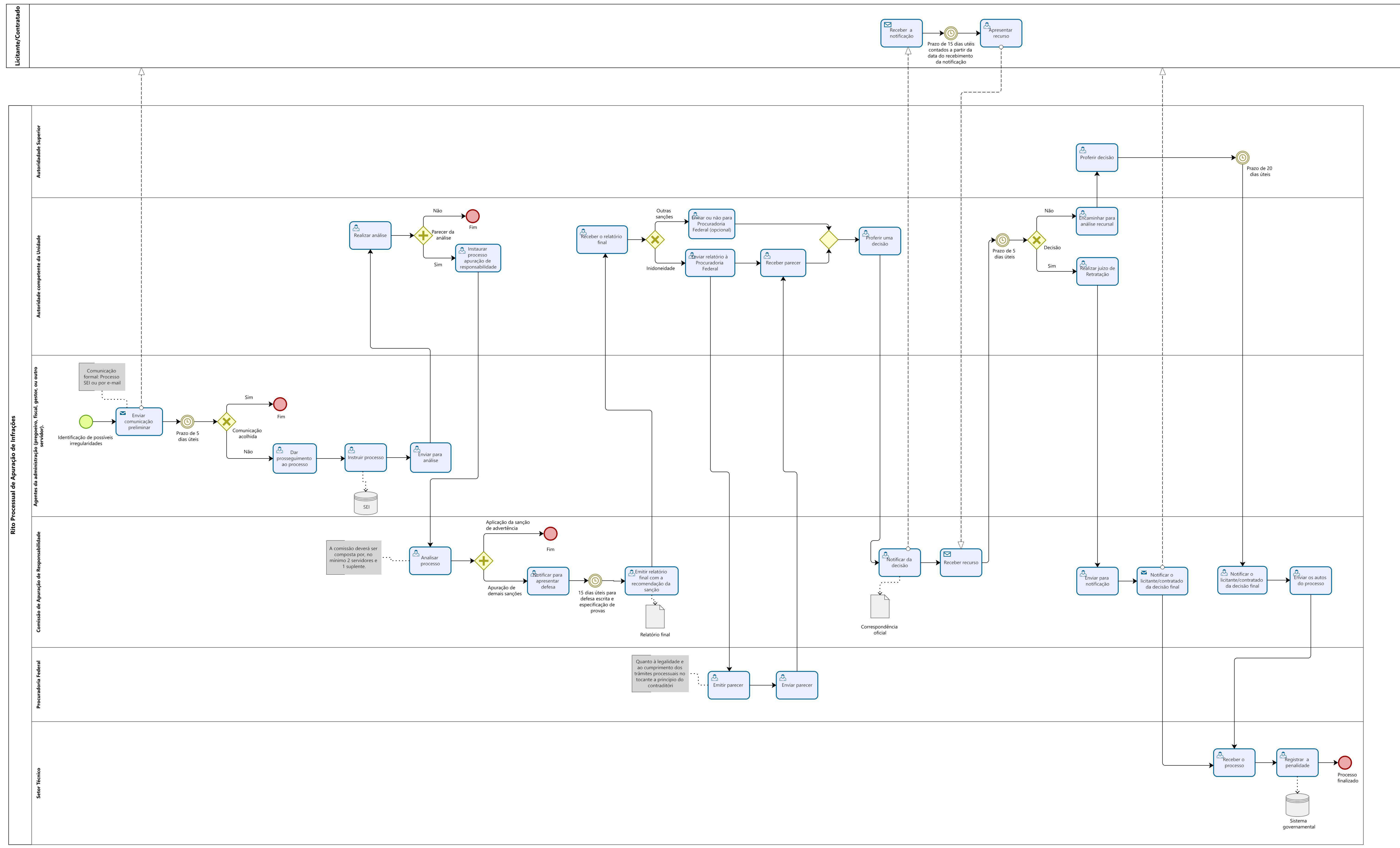
1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.
2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no



3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).
  
4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade

Cargo



## ANEXO

### ANEXO IV - DO EDITAL Modelo Proposta Pró-Forma

DATA DA LICITAÇÃO: xx/xx/2026 HORA DA LICITAÇÃO: 09h30 - BSB

PROPONENTE:

TELEFONE CONTATO:

ENDEREÇO:

BAIRRO: UF: CEP:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

BANCO: AGÊNCIA: CONTA BANCÁRIA:

E-mail:

INSCRIÇÃO NO SIMPLES: ( )SIM ( )NÃO

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	REFIL, MATERIAL: MICROFIBRA DE POLIPROPILENO DE DENSIDADE GRADUADA, APLICACAO: PURIFICADOR IBBL: FR600, FRQ600, PFNB2000, PFQ2000, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: REFIL C+3; TRIPLA FILTRAGEM, CAPACIDADE FILTRAGEM		UND	40		
2	ASSENTO VASO SANITARIO		UND	100		
3	SIFAO PVC BRANCO, CORRUGADO/SANFONADO, UNIVERSAL		UND	20		

4	VALVULA DESCARGA, MATERIAL: METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO, BITOLA: 1,2 POL, APLICACAO: MICTORIO, TIPO: ROSCAVEL, TIPO USO: DESCARGA DE MICTORIO AUTOMATICA.		UND	30		
5	ENGATE HIDRAULICO EM PVC FLEXIVEL, 1/2 " , MED. 40CM		UND	20		
6	FITA VEDA ROSCA EM TEFLON 18MM X 50M		UND	50		
7	CONEXAO HIDRAULICA, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO JOELHO 45", TIPO FIXACAO SOLDAVEL, BITOLA 200 MM		UND	20		
8	JOELHO EM PVC 90 GRAUS SOLDAVEL 25 MM		UND	20		
9	JOELHO EM PVC 90 GRAUS SOLDAVEL 32 MM		UND	20		
10	JOELHO EM PVC, BRANCO, DE 45 GRAU, 1/2", COM ROSCA		UND	20		
11	JOELHO EM PVC 90 GRAUS AE 3/4" ROSCAVEL		UND	20		
12	JOELHO PVC ROSCAVEL, BRANCO, 90°, 1".		UND	20		
13	KIT REPARO COMPLETO PARA CAIXAS ACOPLADAS DE VASO SANITARIO COM ACIONADOR SUPERIOR.		UND	20		
14	KIT REPARO COMPLETO PARA CAIXAS ACOPLADAS DE VASO SANITARIO COM ACIONADOR LATERAL.		UND	20		
15	TORNEIRA, MATERIAL CORPO PVC, TIPO AUTOMATICA, DIAMETRO 3/8, CARACTERISTICAS ADICIONAIS COM ALAVANCA DE ACIONAMENTO SUPERIOR, APLICACAO BEBEDOURO DE GARRAFAO, COR BRANCA		UND	20		

16	TORNEIRA, MATERIAL CORPO: PVC, DIAMETRO: 1,2 POL, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM BICO, APLICACAO: JARDIM		UND	15		
17	TORNEIRA PARA JARDIM DE 3/4".		UND	15		
18	TORNEIRA DE PRESSAO PARA LAVATORIO DE MESA, 15 CM DE COMPRIMENTO, MATERIAL LIGA DE COBRE, ACO INOXIDAVEL, BITOLA 1/2" (DN15), CLASSE PADRAO 10 A 40 M.C.A.		UND	20		
19	TORNEIRA PARA COZINHA DE MESA, BICO LONGO, FECHAMENTO COM 1/4 DE VOLTA, DN 15 (1/2").		UND	15		
20	TORNEIRA, MATERIAL CORPO: ACO INOXIDAVEL, TIPO: ALAVANCA, DIAMETRO: 1,2 POL.		UND	15		
21	TUBO EM PVC SOLDAVEL MARROM 32 MM, 6 METROS.		UND	10		
22	TUBO EM PVC SOLDAVEL MARROM 25 MM, 6 METROS		UND	10		
23	TUBO EM PVC SOLDAVEL MARROM 20 MM, 6 METROS.		UND	10		
24	TUBO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, BRANCO COM DIMENSAO DE 1/2", VARA DE 6 METROS		UND	10		
25	TUBO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, BRANCO COM DIMENSAO DE 3/4", VARA DE 6 METROS		UND	10		
26	TUBO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, BRANCO COM DIMENSAO DE 1", VARA DE 6 METROS		UND	10		
27	LUVA PVC ROSCAVEL, 1/2", BRANCA.		UND	10		
28	LUVA PVC ROSCAVEL, 1", BRANCA.		UND	10		
29	LUVA PVC ROSCAVEL, 3/4", BRANCA		UND	10		
30	LUVA DE CORRER PVC PARA TUBO SOLDAVEL, 20MM, MARROM		UND	10		

31	LUVA EM PVC SOLDAVEL 25MM.		UND	10		
32	LUVA DE CORRER PVC PARA TUBO SOLDAVEL, 32MM, MARROM		UND	10		
33	VASO SANITARIO COM CAIXA ACOPLADA E ASSENTO BRANCO POLIPROPILENO, DUPLO ACIONAMENTO 3/6L SAIDA VERTICAL, BOTAO SUPERIOR, DIMENSAO APROXIMADOS 36 X 37 X 40 CM.		UND	15		
34	CUBA DE EMBUTIR OVAL 30 X 40 CM BRANCO		UND	15		
35	UNIAO SOLDAVEL PVC MARROM, 20MM.		UND	10		
36	UNIAO SOLDAVEL PVC MARROM, 25MM		UND	10		
37	UNIAO SOLDAVEL PVC MARROM, 32MM.		UND	10		
38	UNIAO PVC ROSCAVEL, 1/2", BRANCA.		UND	10		
39	UNIAO PVC ROSCAVEL, 1", BRANCA		UND	10		
40	UNIAO PVC ROSCAVEL, 3/4", BRANCA.		UND	10		
41	TE EM PVC MARROM SOLDAVEL 20MM		UND	15		
42	TE SOLDAVEL EM PVC 25 MM, MARROM		UND	15		
43	TE EM PVC ROSCAVEL 3/4", BRANCO.		UND	15		
44	TE EM PVC ROSCAVEL 1/2", BRANCO.		UND	15		
45	TE ROSCAVEL PVC BRANCO, 1".		UND	15		
46	CURVA DE 90º EM PVC MARROM SOLDAVEL DE 20MM		UND	10		
47	CURVA SOLDAVEL PVC MARROM, 25MM		UND	10		

48	CURVA SOLDABEL PVC MARROM, 32MM		UND	10		
49	CURVA EM PVC COM ROSCA 90 G 3/4"		UND	10		
50	CURVA ROSCAVEL PVC BRANCO, 1"		UND	10		
51	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, INCOLOR, MATERIAL LIQUIDO, PONTO DE EBULICAO 56º, SOLUVEL EM ACETONA (INSOLUVEL EM AGUA), FRASCO COM 850 G.		FR	20		
52	REGISTRO DE GAVETA DE 1/2" EM LIGA DE COBRE.		UND	10		
53	REGISTRO DE GAVETA DE 3/4", EM LIGA DE COBRE, PRESSAO MAXIMA DE FUNCIONAMENTO DE 140.		UND	10		
54	REGISTRO DE GAVETA DE 1 " EM LIGA DE COBRE.		UND	10		
55	REGISTRO ESFERA COMPACTO PVC MARROM SOLDABEL, 20MM.		UND	10		
56	REGISTRO 25MM TIPO ESFERA SOLDABEL EM PVC MARROM		UND	10		
57	REGISTRO EM PVC ESFERA SOLDABEL 32 MM.		UND	10		
58	REGISTRO DE ESFERA TIPO VS ROSCAVEL DE 1/2" (BITOLA) PVC.		UND	10		
59	REGISTRO DE ESFERA TIPO VS ROSCAVEL DE 3/4" (BITOLA) PVC.		UND	10		
60	REGISTRO DE ESFERA TIPO VS ROSCAVEL DE 1" (BITOLA) PVC.		UND	10		
61	SIFAO CROMADO SIMPLES AJUSTAVEL 66CM - 88CM.		UND	15		
62	TORNEIRA DE PAREDE PARA COZINHA COM BICA MOVEL ROSCA: 1/2" COM ADAPTADOR PARA 3/4"		UND	10		
63	MASSA PLASTICA COM CATALISADOR, BRANCA 400G.		FR	20		

64	ANEL DE VEDACAO PARA VASO SANITARIO		UND	20		
65	KIT TORNEIRA PARA PURIFICADOR/BEBEDOURO IBBL, F600, 2 LADOS.		UND	20		
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$</b>

Prazo de entrega:

Validade da proposta:

OBS: Os valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais (incluindo frete), encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto.

---

Assinatura e carimbo do representante legal



Documento assinado eletronicamente por **JUCILENE DE SOUZA GUIMARÃES BERNARDES, Prestadora de serviço**, em 05/03/2026, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5963893** e o código CRC **A551B98B**.

---

Referência: Processo nº 25792.000379/2025-76

SEI nº 5963893